

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**  
**Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural**

**GT DE POLÍTICA DE E&P DE O&G (Resolução CNPE nº 6/2016)**

**FORMULÁRIO DE PROPOSIÇÕES**

<b>Identificação do Proponente</b>
<b>Nome:</b> NELISON RODARTE CAMBRAIA VILELA
<b>Empresa ou Entidade:</b> PETROBRAS ( <a href="#">DP&amp;T/POCOS/CAMAP-AR-AP/POLO-RIO</a> )
<b>Telefone:</b> 61 98213-3262
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:nelisonvilela@gmail.com">nelisonvilela@gmail.com</a> // <a href="mailto:nelison@petrobras.com.br">nelison@petrobras.com.br</a>

<b>Proposição (ões):</b>
<p><b>1- Sobre Legislação Ambiental x Construção de Poços de Petróleo</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Flexibilizar junto aos Órgãos Ambientais Competentes uma melhor adaptação das normas e portarias para queima de óleo durante testes de produção dos poços e para descarte de água com traços de óleo (resíduo gerado durante testes de produção ou durante operações de intervenção / workover);</li><li>b) Descarte de cascalhos tratados (secos) da perfuração: retirar a exigência de descartar os cascalhos distante da locação em que a sonda de perfuração está posicionada.</li></ul> <p><b>2- Sobre SGIP (<i>Sistema de Gerenciamento da integridade de Poços – recém-instituído pela ANP</i>) x Construção de Poços de Petróleo</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Exigir que o Operador de Contrato da exploração e produção já exija em seus vários contratos com prestadores de serviços de poços (Sondas, Equipamentos, Serviços, etc) que o SGIP seja seguido também por elas e que isso seja cláusula do contrato assinado entre as partes</li><li>b) Adequação / flexibilização para abandono de poços velhos, no que diz respeito às exigências do SGIP</li><li>c) Obrigação de uso de DHSV (Down Hole Safety Valve) em todos os poços marítimos</li><li>d) Pessoal envolvido no projeto e construção do poço deve participar <i>in loco</i> nas plataformas de produção do início de produção (1º óleo do poço)</li></ul>

<b>Justificativa (s):</b>
<p><b>1- Sobre Legislação Ambiental x Construção de Poços de Petróleo</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) A própria ineficiência dos queimadores (eqtos já instalados nas sondas) têm eficiência alta (&gt;95%), mas numa operação de teste de poço que pode durar dias, o volume de óleo não queimado (pela ineficiência do queimador) gera maior quantidade de resíduo oleoso acumulado descartado no mar que a água com traços de óleo durante a própria operação</li></ul>

de teste de formação ou operação de intervenção (workover). O óleo não queimado devido ineficiência do equipamento pode ser descartado, enquanto a água oleosa tem várias restrições e causa complicações operacionais e de logística nas sondas marítimas;

- b) Há exigência recente do IBAMA em descartar cascalhos da perfuração (mesmo após a secagem) em área distante da locação da sonda, devido presença de coral no leito marinho. Esta exigência gera dificuldades nas operações, dificulta muito a logística, toma espaço de convés das sondas e aumenta custo da perfuração. Vejo que o ganho ambiental é pequeno, é pouco provável que o cascalho atinja exatamente o ponto do coral, e a logística de barcos envolvidos gera consumo desnecessário de energia e emissões de poluentes que podem impactar mais que o descarte do próprio cascalho.

## 2- **Sobre SGIP (Sistema de Gerenciamento da integridade de Poços – recém-instituído pela ANP) x Construção de Poços de Petróleo**

- a) Estabelecer já em contrato as determinações do SGIP facilita as relações contratuais e simplifica a execução das várias etapas do poço, desde o projeto, sem gerar perda de foco nas questões de segurança, integridade e meio ambiente durante tais etapas.
- b) Os “poços velhos” não foram adaptados, desde sua fase de projeto, a este recém-implantado SGIP. Este fato causa grandes dificuldades e custos adicionais no abandono destes poços para seguir todos requisitos do Sistema. Deve-se prover maior flexibilização da legislação por parte da ANP e demais Órgãos competentes nestes casos.
- c) O uso de DHSV nos poços marítimos facilita operações de Workover / Abandono de poços, e ainda pode compor barreira para o caso de poço que na situação de projeto / construção era *não-surgente* mas que durante a vida produtiva se transformou em *Surgente* por diversas ocasiões de pressurização do reservatório.
- d) Há muitas interfaces entre a fase de construção e entrega do poço para produção. Os responsáveis na UEP em colocar o poço para produzir na maioria das vezes tem um conjunto de tarefas distintas e outros poços da plataforma a se preocupar. O novo poço é apenas “mais um”. Porém é uma etapa crucial, que se não houver atenção, senão seguir à risca os procedimentos operacionais e as boas práticas, o início da produção do poço pode comprometer a integridade do poço ao longo de toda sua vida produtiva, levando a perda de produção e receita e perda de integridade / segurança operacional.